

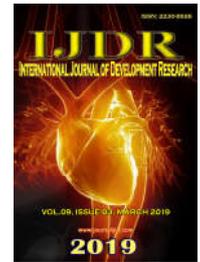


ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research
Vol. 09, Issue, 03, pp. 26300-26307, March, 2019



ORIGINAL RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

PUBLIC POLICY FOR THE FIELD: PRONAF IMPACTS TO SMALL FARMS IN MUCAJAÍ COUNTRY-RR

*¹Osmiriz Lima Feitosa and ²Selma Suely Baçal de Oliveria

¹PhD Student in Education at the Federal University of Amazonas – UFAM-Brazil

²PhD in Education and Professor at the Federal University of Amazonas - UFAM / Brazil

ARTICLE INFO

Article History:

Received 17th December, 2018
Received in revised form
24th January, 2019
Accepted 06th February, 2019
Published online 29th March, 2019

Key Words:

Pronaf. Agriculture Family.
AgrarianPolicy.

ABSTRACT

The Brazilian Nacional Program for Family agriculture – PRONAF is an agrarian policy for agriculture and has as main goal to provide different ways of credit to small family farmers in order to improve conditions of living in the countryside. The goal of this article is to analyze the impacts of PRONAF policy developed in Apiaú area in Mucajaí country-RR through study of case of the families, including the representatives of the department of agriculture in Boa Vista (SEAPA) and technicians from Apiaú agriculture department were some of methods used. The results of this research lead to understand the reality of the families in Apiaú area in two main aspects: The first one are the advancements in the region specially is social and financial conditions of these small farmers who received the benefits from this policy, the second one is the expansion of capitalism and great concentration of richness of big farmers in the field.

Copyright © 2019, Osmiriz Lima Feitosa and Selma Suely Baçal de Oliveria. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Osmiriz Lima Feitosa and Selma Suely Baçal de Oliveria. 2019. "Public policy for the field: pronaf impacts to small farms in mucajaí country-rr", *International Journal of Development Research*, 09, (03), 26300-26307.

INTRODUCTION

Em face da importância sobre a investigação da questão agrária no estado brasileiro e por entender que seu processo histórico está atrelado a concentração latifundiária, ao agronegócio e agroindústria no campo excluindo a massa rural do acesso a terra. Diante disso, aponta-se a importância de tecer algumas análises reflexivas sobre as políticas públicas para o campo, entre elas as políticas públicas agrárias como: Estatuto da Terra, Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, Plano Integrado de Colonização - PIC, Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária - PRONERA, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF entre outras, que não conseguiram reduzir os problemas e conflitos sobre a questão agrária que permeiam no espaço rural. O estudo é resultado da dissertação de mestrado proposta pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima-PPGSOF/UFRR e as análises apresentadas, tem como ponto de partida a discussão sobre a política agrária do PRONAF e os impactos aos agricultores familiares no projeto de colonização Apiaú no município de Mucajaí-RR. Este programa foi considerado um marco para agricultura familiar brasileira simbolizando nova roupagem no espaço rural, tendo em vista que, foipioneiro no acesso as linhas de créditos aos diferentes sujeitos do campo.

Criado em 1996 durante o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, o PRONAF surgiu como respostas aos movimentos reivindicatórios emergentes que exigiam políticas agrárias diferenciadas para agricultores familiares na atual conjuntura, levando o estado a legitimar essa categoria social no cenário da questão agrária. Justifica-se o objeto pesquisadopela necessidade de desvelar o PRONAF sob a ótica da ruralidade e as novas relações sociais com a presença do capital e das ações neoliberais no campo a partir de 1990. Portanto, optou-se como *locus* da pesquisa a região do projeto de colonização do Apiaú em virtude de experiências docentes em escolas rurais em áreas de assentamentos construindo uma relação próxima aos agricultores familiares. O Apiaú é uma região de colonização que fica localizado a 52 km da sede do município de Mucajaí, criado na década de 1980 paragarantir terras a crescente migração advinda das políticas de colonização nacional.O projeto de colonização do Apiaú fica situado nas calhas dos rios Mucajaí e Apiaú possui 23 vicinais distribuídas ao longo da rodovia estadual 325, tendo dentro das áreas de colonização dois projetos de assentamentos rurais conhecidos como Sumaúma e Vila Nova com um total de 3000 mil famílias assentadas¹. O objetivo do artigo é analisar os impactos da política do PRONAF provocados aos agricultores familiares contemplados com linhas de créditos e a dinâmica da política "pronafiana" na região de colonização do Apiaú identificando as transformações, no que se refere às condições

*Corresponding author: Osmiriz Lima Feitosa
Artigo, R Imperatriz, 29, Brasil

¹ Dados do INCRA/RR referente ao período de 1990.

socioeconômicas dos beneficiados. Na verdade, o PRONAF passou a ser compreendido pelos gestores como mola propulsora de estratégia nacional para valorização da diversidade social da agricultura familiar, nestes termos, esta política visa combater desigualdades sociais e regionais promovendo melhores condições de vida da população rural estimulando a modernização tecnológica e a diversidade da agricultura brasileira. Contudo, decorridos mais de vinte anos desde sua criação, que mudanças o programa provocou aos sujeitos contemplados com as linhas de financiamentos no espaço rural? Será que o referido programa contribuiu para corrigir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida dos diferentes sujeitos garantindo a equidade social ou tem ampliado a expansão do capitalismo no campo através do agronegócio e da agroindústria? Mediante as indagações, apresenta como questão central: Quais os impactos provocados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aos agricultores familiares que foram contemplados com essa política agrária na região de colonização do Apiaú no município de Mucajaí - RR?

Neste sentido, para responder as indagações buscou-se ancorar no diálogo com teóricos e autores que fazem análises sobre a temática, tais como: Marx (1999) e Thompson (1998), Mattei (2005), Aquino e Schneider (2010), Wanderley (2009), Prado Júnior (2000), Ianni (2004), Schneider (2010), e Abramovay (2004). Tais autores contribuíram nas reflexões e análises sobre a questão agrária e a política do PRONAF. Os resultados evidenciados na colonização do Apiaú apontam para algumas transformações na região, tais como: pavimentação de estradas, eletrificação rural, acesso a condições sociais básicas e ao crédito rural, ou seja, a política do PRONAF contribuiu para permanência dos agricultores familiares no campo e melhorar as condições socioeconômicas garantindo emprego e renda, mas constatou que os recursos potencializaram o fortalecimento da pecuária na região com altos investimentos, crescimento do trabalho assalariado e concentração latifundiária no campo.

Portanto, esta política funciona como guarda-chuva da agricultura familiar que potencializa a produção agrícola caracterizada pela unidade entre trabalho, produção, geração de emprego e renda, tornou-se um modo de vida significativo na formação do tecido social brasileiro, principalmente no mundo rural carente de benefícios com linhas de créditos. É inegável que o programa abre oportunidade aos agricultores familiares que, historicamente foram excluídos do acesso a terra e, agora enxergam oportunidade, não somente de permanecer no campo e melhorar as condições sociais, mas acima de tudo, caminhar na superação do modelo estrutural da concentração latifundiária e do agronegócio. Contudo, o PRONAF revela em sua prática a própria contradição, ao evidenciar que tal política tem ampliado o modelo capitalista no campo através da agropecuária.

Procedimentos metodológicos

Para responder a questão central do problema buscou-se utilizar neste trabalho a base metodológica situada em três pontos. O primeiro refere-se a pesquisa bibliográfica fundamentada em teóricos como Marx (1999) e Thompson (1998) e em autores que discutem a questão agrária em nível nacional, tais como: Wanderley (2009), Prado Júnior (2000), Ianni (2004), Schneider (2010), Mattei (2005) e Abramovay

(2004) na tentativa de conhecer os problemas dos agricultores familiares, das políticas agrárias relacionadas ao PRONAF e dos impactos socioeconômicos no campo. O segundo ponto refere-se a abordagem qualitativa com viés exploratório, que permitiu alcançar reflexões diante da política agrária para o campo sob o olhar do método materialismo histórico através das categorias: contradição, totalidade e luta de classe. Nossa intenção com o método foi desvelar a forma de ser dos objetos, sem deixar de compreendê-los em seus níveis de totalidade da realidade social, da contradição do espaço rural e da práxis da sociedade humana.

Assim, centrou-se a pesquisa de campo nos agricultores familiares na colonização do Apiaú utilizando entrevistas gravadas, questionários e observações *in lócus*. O público alvo das entrevistas destinaram-se a um (01) gestor público, dois (02) técnicos agrícolas e quatro (04) agricultores familiares e os questionários foram aplicados a vinte (20) agricultores familiares beneficiados com a política do PRONAF no Apiaú-RR. O terceiro ponto foi à utilização de dados e documentos de instituições públicas, tais como: gráficos, quadros, tabelas, e informações sobre o programa de agricultura familiar para sistematização e análise das estatísticas oficiais disponibilizadas pelos órgãos governamentais: Casa da Agricultura do Apiaú, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Secretaria da Agricultura Familiar – SAF.

Política do PRONAF aos agricultores familiares no Apiaú em Mucajaí-RR

O mundo rural é um espaço heterogêneo e de produções culturais, e é também um local produtivo em que os agricultores de baixa renda utilizam para garantir o sustento de suas famílias, sendo que a maioria encontra-se excluída do acesso a terra. Portanto, a realidade brasileira revela um cenário sobre o trabalhador do campo, pois “a estrutura fundiária inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social” (WANDERLEY, 2009, p. 58).

Na afirmação, evidencia a existência da concentração fundiária, da exclusão social, da pobreza, da exploração do agricultor e da insuficiência na superação da desigualdade no campo. Nesse sentido, as políticas públicas agrárias caminham no viés de oferecer melhores condições sociais aos trabalhadores que vivem do campo, ou seja, a superação da problemática exposta, isso porque, o PRONAF é uma política pública agrária que marcha no sentido de amenizar os problemas do campo, pelos menos, é esse seu real objetivo, fortalecer a agricultura familiar e modernizá-la, superando o atraso existente no campo, tendo como missão fundamental combater as desigualdades sociais e regionais que marcaram as políticas estatais tradicionais voltadas para estimular a modernização tecnológica da agricultura brasileira.

O PRONAF se intensificou a partir de 1997, quando o programa ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional concentrando-se em quatro grandes eixos, conforme revela o Quadro 01:

Quadro 01 - Eixos do PRONAF

FINANCIAMENTO	FINALIDADE
Produção	Destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país.
Infraestrutura e serviços	Apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos.
Capacitação e profissionalização de agricultores familiares	Promoção de cursos e treinamentos para os agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; financiamento da pesquisa e extensão rural.
Pesquisa e extensão rural	Destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Fonte: Mattei (2005)

Os eixos de atuação do PRONAF visam dar amplitude aos trabalhadores do campo através da política de financiamento, contudo, decorridos mais de vinte anos, será que o programa vem conseguindo atender e contribuir para redirecionamento da política de financiamento agrícola a favor do desenvolvimento rural aos agricultores familiares? Em termos práticos será que houve melhoria de vida desses agricultores familiares através da política do PRONAF?

Com o propósito de responder estas questões, os resultados do PRONAF não são satisfatórios, pois o financiamento de crédito rural não tem sido suficiente para alicerçar as bases de um novo padrão de desenvolvimento no campo brasileiro, que em muitos aspectos, ainda verifica o viés da desigualdade rural e alta concentração fundiária. Portanto, é neste cenário que realiza reflexões sobre a política “pronafiana” em Roraima na tentativa de compreender os impactos aos agricultores familiares na colônia do Apiaú. Na entrevista realizada com o engenheiro agrônomo e diretor responsável pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima – DATER-RR revelou-se que houve melhorias nas condições sociais e econômicas dos agricultores familiares no acesso aos créditos, embora, muitos agricultores familiares não foram contemplados em detrimento da burocratização. Nas considerações expostas, é possível analisar as dimensões da política do PRONAF em Roraima, no qual, o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural - DATER-RR destacou que:

Hoje o PRONAF atende todos os municípios do Estado, total de quinze, oferecendo apoio ao pequeno produtor com linha de créditos e apoio a formação do agricultor familiar, pois podemos perceber que houve melhora nas condições sociais e no apoio ao pequeno produtor no sentido do Estado oferecer a formação do agricultor e ajuda no processo produtivo através de financiamentos (DEPOIMENTO DO DIRETOR DO DATER/SEAPA-RR). Portanto, com base nas argumentações, percebe que o programa conseguiu atingir alguns avanços aos agricultores familiares, no que se refere as condições socioeconômicas, e para corroborar com o depoimento do gestor, afirmasobre o programa que:

O sistema de financiamento do Pronaf e as condições atuais de oferta de recursos, é possível afirmar que as mesmas vêm cumprindo um papel importante junto aos agricultores familiares, inclusive estimulando-os a expandir a área de produção (...). O novo cenário mostrou uma agricultura fortemente mecanizada, o que elevou brutalmente a produtividade do trabalho (MATTEI, 2005, p. 53-54) Na visão do autor os resultados são evidentes, entretanto, os questionamentos que se propõe a partir das informações com o depoimento do gestor público e com a afirmação do Mattei (2005) foi possível perceber que o PRONAF tem proporcionado mobilidade social e melhores condições de vida

aos trabalhadores do campo no Apiaú. No entanto, quais as mudanças essa política agrária provocou aos agricultores familiares beneficiados com linhas de créditos na região de colonização do Apiaú?

É exatamente nesta obliquidade que o artigo analisa os resultados provocados aos agricultores familiares no Apiaú, compreendendo os efeitos dessa política agrária aos beneficiados considerando dois aspectos centrais: os impactos da política do PRONAF no Apiaú e as linhas de créditos garantiram melhores condições sociais e econômicas e permanência no campo. Portanto, para balizar o perfil dos agricultores familiares na região do Apiaú no que se refere às vivências e experiências na relação de produção e trabalho com a terra² é importante destacar que a vida cotidiana dos sujeitos nas relações sociais com a terra, a família, o sindicato e o campo representam a singularidade e produção cultural do espaço rural, ao definir não somente as relações sociais, mas o modo de vida particular das diferentes categorias de trabalhadores do campo. A essa questão apresenta definições Thompson (1998) sobre o contexto social onde vivem e as relações do cotidiano, ao afirmar que:

A teia dos costumes no contexto social percebe-se a intrínseca relação do cotidiano e das tradições existentes nos grupos de indivíduos que interferem nas relações sociais e políticas e contribuem para organização política e resistência contra o Estado, pois o processo de luta e resistência inicia-se nas relações sociais cotidianas provocadas pela insatisfação e opressão das classes dominantes. Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho. Os costumes podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o mais difícil de modo direto (...) podem preservar a necessidade da ação coletiva, do coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que dele coparticipam (THOMPSON, 1998, p. 22). Afirmação de Thompson (1998) chama atenção pela visão crítica da valorização dos costumes e das relações sociais como processo de luta política ao modelo econômico que chega ao campo impondo regras e normas. Ainda nessa perspectiva Sauer e Pereira (2006) em seu livro, “Capturando a Terra” aprofunda mais as discussões ao afirmar que as políticas públicas relacionadas com o modelo econômico de mercado impõem suas regras e normas para atender o capital, pois “o modelo de reforma agrária de mercado atuaria na administração da crise de um segmento do setor agropecuário capitalista e, ao mesmo tempo, responder à pressão social” (SAUER; PEREIRA, 2006, p.26). Assim, é notável a presença do capital no campo com

²Martins (2010) aponta que a história agrária brasileira foi marcada pela relação de trabalho com a terra de forma exploratória e excludente, primeiro no trabalho escravagista e depois no trabalho assalariado rural e as condições desumanas permaneceram na relação de produção e trabalho no campo, nos dois modelos.

diferentes frentes de atuação, logo a política do PRONAF também se revelaria como uma ação composta nesse modelo oferecendo capital de giro para agricultores se tornarem pequenos capitalistas aptos a fazerem investimentos para acumulação de capital. A esse respeito destaca que: Do capital, na medida em que é considerado no processo de produção, sempre fica, em menor ou maior grau, a representação de que é um instrumento de pescar trabalho alheio. Seja isso tratado como “justiça” ou “injustiça”, fundado ou infundado, fica sempre subjacente e subentendida a relação do capitalista com o trabalhador. Na medida em que o capital apareça no processo de circulação, o que de modo particular contraria a concepção corrente; desde que apreça, no capital comercial, como uma espécie de capital que exclusivamente se encarrega dessa operação, o lucro se torna associado a uma surda representação de logro generalizado, de modo mais específico, o comerciante logrando o capitalista industrial, como este logrando o operário. Ou ainda, o comerciante logrando o consumidor, como os produtores se logram mutuamente. Seja como for o lucro é assim explicado a partir da troca. (MARX, 1999, p. 190).

Logo, é indissociável o acúmulo de capital sem o lucro e, portanto na afirmação de Marx (1999), ele se revela nas relações sociais e nas relações de troca. Ainda nessa perspectiva, Wanderley (2009, p.98) também corrobora com a afirmação acima expondo que “a dinâmica do capital é que direciona as transformações e não a dinâmica de transição de um modo de produção para outro”. Neste caso, se a política agrária do PRONAF apresenta-se dentro de um contexto macroeconômico que atende a demanda de mercado e ao capital essa concepção diante da questão agrária torna-se evidente, pois:

O PRONAF volta-se a compor e recompor estratégias de integração e de diversificação entre setores produtivos das regiões, reafirmando, ainda que contraditoriamente, a eminência da reprodução financeira de certas camadas, mas, também, uma estratégia de extração de mais trabalho, daí, a perspectiva de que essas camadas se mantenham produtivas e dinâmicas. Soma-se aos incentivos obtidos pelos avanços tecnológicos o uso de meios modernos de produção, pelo que não só transferem, como visam “à agregação de valor aos produtos pela via agroindústria”, e à obtenção de “mais-valia”. (LUSTOSA, 2012, p.77).

Não se pretende travar um embate sobre a expansão do capitalismo no campo dilatado pelo PRONAF, mas canalizar as reflexões para analisar os impactos no projeto de colonização do Apiaú aos agricultores familiares contemplados com linhas de créditos tem fortalecido a agregação de valor aos produtos do campo para o agronegócio, isto é, mantém a reprodução do sistema capitalista no campo. A situação se destaca em virtude das mudanças no processo de infraestrutura da região do Apiaú, ou seja, constatou-se investigação transformações consideradas fundamentais em diferentes aspectos, tais como: aberturas de estradas, construção de pontes, implantação de energia elétrica³ e pavimentação de vicinais. Ou seja, cenário perfeito para reprodução e expansão

do capitalismo, pois Marx afirma que “o modo de produção capitalista e as relações de produção e de circulação que lhe correspondem” (MARX, 2017, p.43). De acordo com Ianni (2004), Lustosa (2012), Pereira e Sauer (2006) e Wanderley (2009) o avanço do capital no campo é evidente e o PRONAF conduz compreender que essa política não revela superação e erradicação da pobreza no campo, mas o fortalecimento do setor produtivo e do capital no campo. A esse respeito expõe que:

a questão principal e talvez mais essencial é que o programa continua a estimular a prática de atividades agropecuárias vulneráveis às secas que assolam periodicamente a região, sem nenhum esforço paralelo no sentido de disseminar novas tecnologias de convivência com as condições do semiárido. Esta situação eleva o risco das atividades financiadas fracassarem e diminui o efeito gerador de renda dos recursos outorgados, levando bom número de produtores a se defrontar com dívidas crescentes e até impagáveis. Portanto, pelo que se discutiu até o momento, não há como ignorar o fato de que o crédito do PRONAF está contribuindo muito pouco para introduzir modificações na fisionomia econômica da região Nordeste e reduzir as vulnerabilidades dos agricultores familiares mais pobres (AQUINO E SCHNEIDER, 2010, p. 13).

Na concepção de Aquino e Schneider (2010) o programa não tem oferecido contribuições consideráveis aos agricultores menos descapitalizados, pelo contrário, há o fortalecimento do setor produtivo e expansão do agronegócio. Assim, a política do PRONAF tem ampliado o capital no campo tornando os sujeitos refém do modelo econômico, de tal modo, a atender ao setor agropecuário e do agronegócio. Isto é, apresenta via de mão dupla, por um lado atende os agricultores familiares de forma superficial e paliativa não atingindo mudanças estruturais e, por outro, atende ao modelo econômico fortalecendo o setor produtivo e a agroindústria. Para Lustosa (2012) compreender o crescimento do capital no campo é perceber a dinâmica de adaptação a novos padrões de produção e trabalho, pois:

Essas tendências são consolidadas hoje mediante os efetivos avanços das pesquisas nos campos da biotecnologia, da produção de alimentos e de grãos, na produção e cultivo dos transgênicos e no setor de reprodução animal e vegetal. Fenômenos esses que, por si, reafirmam a lógica histórica desse sistema de valorização, qual seja, a busca incessante do capital não só na necessidade de exploração de novos recursos naturais como sua base primária, essencial, mas também, a extração de sobretrabalho, isto é, o aumento da produtividade do trabalho (LUSTOSA, 2012, p. 87). Diante do posicionamento da autora sobre o dinamismo do capital no campo, dos depoimentos de agricultores familiares e técnicos agrícolas afirma-se que existe presença do capital no campo através de empresas e frigoríficos para o Apiaú na compra de leite produzido pelos agricultores familiares e, principalmente para compra de gado de corte atendendo o mercado em Boa Vista, revelado no depoimento dos agricultores familiares:

Aqui, agora nos temos como criar gado para venda e produção de leite, ainda é pouco, mas já é um começo. A empresa vem comprar nosso leite na porta de casa, produzimos 20 litros por dia, o dinheiro ajuda nas despesas de casa. Queremos ampliar nossa produção, mas o lote que temos não aguenta muitos gados. Mas foi o financiamento do banco que nos ajudou a

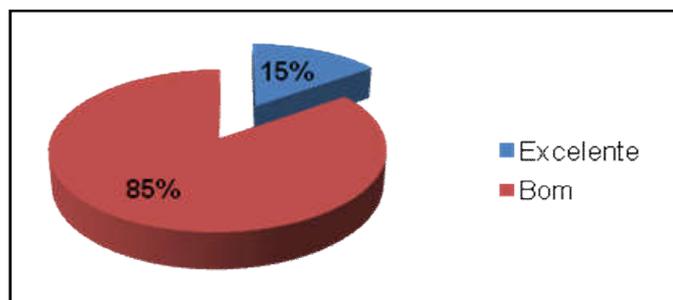
³O Programa Luz para Todos é um programa do Governo Federal do Brasil que visa levar energia elétrica para a população do meio rural, seja ela com ou sem recursos financeiros, de forma gratuita. O programa foi criado pela ex-ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff e coordenado nacionalmente por Aurélio Pavão de Farias. <http://www.secretariadegoverno.gov.br>, acesso em 30 de abril de 2014.

construir o curral, a comprar umas vacas e plantar capim, a comprar remédios, aos poucos conseguimos melhorar (DEPOIMENTO DE AGRICULTOR FAMILIAR DO APIAÚ, VICINAL 08).

Fica evidente no depoimento do agricultor a relação capitalista na afirmativa acima, embora não muito clara para o sujeito do campo, mas expõe um caráter específico da relação entre o capital e força de trabalho, ao evidenciar que:

A representação do mais-valor da força de trabalho como frações do produtor de valor – representação que deriva, de resto, do próprio modo de produção capitalista e cujo significado será investigado posteriormente – oculta o caráter específico da relação capitalista, a saber, o intercâmbio entre o capital variável e a força de trabalho. Em seu lugar, surge a falsa aparência de uma relação associativa na qual o trabalhador e o capitalista repartem o produto entre si conforme a proporção de seus diferentes fatores constitutivos (MARX, 2017, p.601)

Na assertiva de Marx constata-se uma relação produtiva com força de trabalho e produção de valor que oculta o caráter do capitalismo, logo evidencia que a política “pronafiana” revela-se nessa estruturassocial construída a partir de uma política de estado nos paramentos da cartilha neoliberal. No entanto, é importante apontar que a política do PRONAF provocou melhorias e mudanças sociais aos agricultores familiares com acesso ao financiamento a partir das linhas de créditos, pois quando foi perguntado como os agricultores familiares avaliaram o programa, os resultados adquiridos com essa política contribuíram para crescimento social e econômico, pois os entrevistados responderam que melhorou a vida do campo. O gráfico 01 revela como os agricultores familiares avaliaram a política agrária do PRONAF no Apiaú:



Fonte: Elaboração dos autores (2014)

Gráfico 1. Contribuição do PRONAF para melhoria de vida no campo

Os dados dos questionários revelam que os agricultores familiares contemplados com o PRONAF avaliam a política de crédito de forma positiva e que contribuíram para melhorar a vida no campo, pois 85% dos entrevistados consideraram “bom”, enquanto 15% consideram “excelente” o programa de financiamento, enquanto nenhum dos entrevistados avaliaram na categoria “regular” ou “ruim”, ou seja, significa que realmente constatou-se melhoria de vida dos agricultores na região do Apiaú, embora ainda há restrições e limitações ao crédito. Para ratificar esse resultado destaca que:

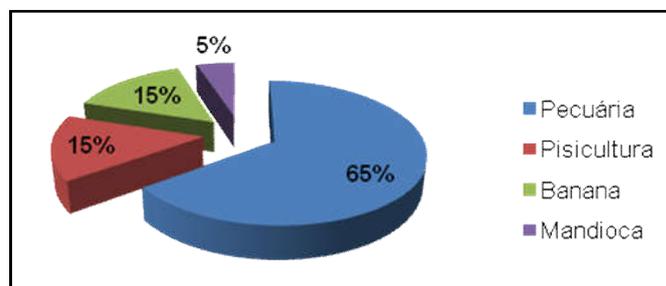
Não há dúvida de que os subsídios do Pronaf permitiram ampliar as capacidades de geração de renda das populações pobres do Brasil. Pesquisa realizada em 1999 mostra que, até aquele ano, 56% dos tomadores de recursos do Pronaf nunca

tinham recebido financiamento bancário. Apesar disso, a atual forma de apoio à agricultura familiar por meio do crédito sofre restrições. (ABRAMOVAY, 2004, p. 61).

Na visão de Abramovay (2004) houve sim melhora no acesso ao crédito e ampliação na renda das populações menos favorecidas, isso significa em tese que, apesar das limitações do programa, parte dos recursos tem proporcionados melhores condições de vida no campo. Sobre isso, Mattei (2005) afirma que:

O comportamento do conjunto de indicadores produtivos sugere a existência de uma relação entre o sistema de financiamento e a evolução das quantidades produzidas, demonstrando que o Pronaf é uma importante política de estímulo à produção agrícola nos cem maiores municípios e que seus efeitos são visíveis e mensuráveis na dinâmica da agricultura brasileira (MATTEI, 2005, p. 67). Portanto, é notável a posição dos autores sobre a abrangência do PRONAF com reflexos na produção agrícola principalmente na região Sul, onde o crescimento foi considerável na agricultura familiar e na variedade da produção agrícola, pois situação socioeconômica dos agricultores familiares mudou de forma significativa, principalmente na aquisição de transportes, móveis, eletrodomésticos e aumento da renda para compra de alimentos básicos. Na colonização do Apiaú os resultados sobre as condições socioeconômicas dos agricultores familiares não foram diferentes, e houve melhorias nas condições de vida ao constatar que 100% dos agricultores entrevistados possuem energia elétrica em seus domicílios, permitindo a aquisição de diferentes bens de consumo duráveis que estão presentes no cotidiano dos agricultores. Ou seja, todos possuem acesso à televisão, antena parabólica, fogão, geladeira, máquina de lavar e transporte – neste caso, todos possuem algum tipo de transporte, em sua maioria motocicleta - questões que se revelam substanciais nos padrões aquisitivos dos agricultores familiares.

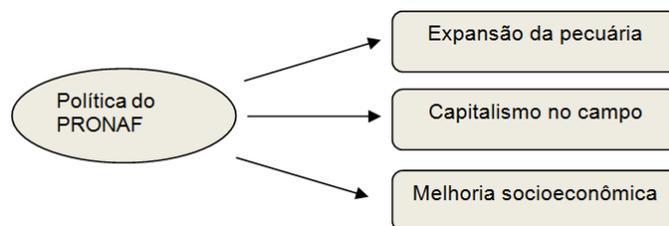
Outro ponto importante a ser destacado sobre os agricultores familiares do Apiaú foram os investimentos dos recursos do PRONAF que se concentraram na pecuária, revelando um percentual elevado dos investimentos dos agricultores familiares beneficiados com o programa, conforme mostra o gráfico 02:



Fonte: elaborado pelos autores (2014)

Gráfico 2. Diversidade dos investimentos dos recursos do PRONAF

O que se verificou no gráfico foi à diferença nos investimentos das unidades produtivas, neste caso, a pecuária, representou um alto percentual, considerando que 65% dos agricultores familiares investiram seus recursos na criação de gado, enquanto 15% investiram em piscicultura e banana e somente 5% investiram no plantio de mandioca para produção de farinha.



Fonte: Elaborada pelos autores (2015)

Figura 1. Tríade constatada no Apiaú

Quadro 2. Trabalhadores contratados pelos agricultores familiares

Unidade Produtiva	criação de gado (pecuária)	produção de bananas (bananicultura)	criação de peixes (Piscicultura)	produção de mandioca (tubérculos)
% das Unidades Produtivas	65%	15 %	15%	05%
Quantidade de trabalhadores contratados	48 trabalhadores de contratos para construção de curral e cuidados com o gado	10 trabalhadores de contratos para poda e carregamento da produção	08 trabalhadores de contrato sazonal para construção de tanques	05 trabalhadores de contrato sazonal para colheita e carregamento

Fonte: Casa da Agricultura de Mucajaí (2014)

Ainda para corroborar com os resultados da pesquisa, a afirmação do técnico agrícola do Apiaú expõe que “hoje aqui no Apiaú todos querem investir em gado, temos incentivado aos colonos em mudar de ramo, mas o forte aqui é a pecuária”. Ainda nessa perspectiva, o funcionário do INCRA também descreve a mesma vertente, destacando que essa realidade ocorre na região por que:

Esse setor da pecuária tem apresentado como mercado lucrativo para o estado e, além disso, tem o *status* de “fazendeiro” na região, hoje o Apiaú é criação de gado, em qualquer lugar que você vai, tem colonos criando gado, é para produção de leite, queijo e carne. Porém, têm as dificuldades que muitos não conhecem, as despesas com pastagem, vacina, sal, área para criação, um lote de 60 ha se limita a criar cerca de 150 a 180 rês, as leis severas para desmatamento, o controle da febre aftosa e etc. Questões que muitos colonos não conhecem e mesmo assim, ainda querem investir na pecuária. Vê o Apiaú hoje, é diferente dos últimos anos, que havia variedade na produção agrícola, a rodovia 325 hoje é somente fazendas ao longo se sua extensão para criação de gado de corte (DEPOIMENTO DO FUNCIONÁRIO DO INCRA-RR). No caso da pecuária, essa atividade representa uma cultura na região, principalmente por acreditarem que é bastante lucrativa, tendo em vista que gera a produção de leite, queijo e carne, tendo alto valor de mercado. Diante disso, a maioria dos agricultores investiram os recursos em criação de gado porque para eles representa um potencial de desenvolvimento econômico e renda ao oferecer venda de carne, leite e queijo, além de derivados, proporcionando lucro na produção de gado⁴. É importante frisar, nesse aspecto, a forte cultura de ser fazendeiro que existe na região, aspecto evidente nos depoimentos de agricultores ao longo da rodovia e vicinais a existência de currais, de pastagens e de criação de gado em cada lote de terra. Portanto, quando questionados sobre os motivos dos investimentos se destinarem ao setor produtivo da pecuária as respostas apontam para lucratividade e facilidade de trabalhar, pois os investimentos em outras unidades produtivas exigem maior conhecimento sobre a cultura, assistência e acompanhamento de profissionais da Secretaria de Agricultura para resultados mais eficientes, por exemplo, fertilidade do solo, preparação e adequação do solo, risco do investimento, queimadas e problemas climáticos.

⁴ O Brasil hoje pode atender qualquer mercado do mundo com carnes mais nobres. Fonte: ABIEC, 2012. www.abiec.com.br/3_pecuaria.asp. Acesso em 25 de agosto de 2014.

A partir dos resultados observados, buscou-se expor como resultado da pesquisa no Apiaú sobre os beneficiados do PRONAF considera três pontos centrais: expansão latifundiária; fortalecimento do capital no campo e melhoria socioeconômica dos agricultores familiares, conforme exposição na Figura 1. Ao analisar o primeiro eixo, destaca a expansão da pecuária no Apiaú e a formação de grandes fazendas, onde poucos agricultores querem falar sobre os fazendeiros na região, tendo em vista que, a maioria são políticos, empresários e servidores públicos. Observou-se ao longo das vicinais 06, 07, 08, 09, 11, 14, 21, 22 e da RR-325 um número excessivo de fazendas, pastagem para criação de gado e concentração dos latifúndios. Destaca que existe domínio latifundiário na extensão da rodovia e vicinais, algo presenciado nas declarações dos agricultores familiares ao falar nos depoimentos sobre as terras de fazendeiros “X” e “Y” que vivem no Apiaú com a pecuária extensiva. O segundo eixo refere-se à expansão do capitalismo no campo, pois os financiamentos e créditos juntos aos bancos públicos estabelecem aos agricultores familiares um prazo para honrar seus compromissos financeiros frente às instituições bancárias⁵ e realizarem investimentos nas diversas áreas da produção agrícola. Ou seja, o PRONAF oferece acesso a diferentes linhas de créditos ampliando o crescimento de capital para formar pequenos capitalistas que investem nas unidades produtivas com aquisição de equipamentos, insumos, produtos agrícolas, máquinas e contratação de funcionários. Fatores como planejamento, execução, acompanhamento e contratação de trabalhadores são questões que se descreve na elaboração do projeto, ou seja, foi possível constatar nas diversas vicinais - 07, 08, 09, 11 e 14 - a necessidade de mão de obra para a produção. No caso da plantação de banana e mandioca há necessidade de contratação de trabalhadores para execução da poda, do corte e do carregamento. Já no caso da pecuária e da piscicultura, não é diferente, a exigência de trabalhadores para assistência é grande, principalmente para vacinação, conduzir os animais ao curral, retirar os peixes dos tanques, fazer o carregamento e etc. A política do PRONAF revelou que há ampliação dos serviços do campo com a contratação de trabalhadores em períodos sazonais para atender as demandas dos investimentos das unidades produtivas, conforme enfatiza a Tabela 01

⁵ A Cartilha de acesso ao PRONAF (2012) apresentam as instituições bancárias credenciadas para liberação dos financiamentos: Banco do Brasil, Banco da Amazônia S/A, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Social-BNDS e Banrisul.

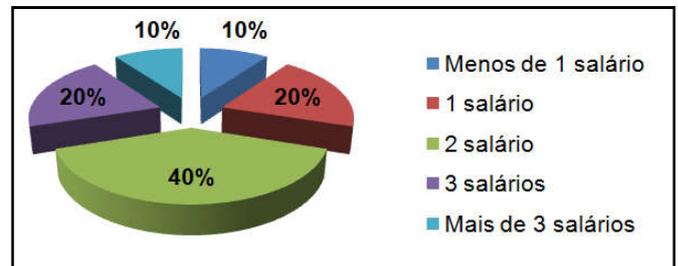
Portanto, o investimento da política de créditos apresenta a expansão do trabalho assalariado no campo revelando-se de forma paradoxal e contraditória, pois, de um lado, garante a permanência dos agricultores no campo e o crescimento da economia local gerando emprego, renda e trabalho assalariado oportunizando melhorias nas condições socioeconômicas, por outro, torna-se um braço do fortalecimento do capitalismo no meio rural através da exploração da força de trabalho e da proletarianização rural. Ainda nesse viés, apresenta algumas críticas ao destacar que:

O PRONAF volta-se a compor e recompor estratégias de integração e de diversificação entre setores produtivos das regiões, reafirmando, ainda que contraditoriamente, a eminência da reprodução financeira de certas camadas, mas também, uma estratégia de extração de mais trabalho, daí, a perspectiva de que essas camadas se mantenham produtivas e dinâmicas (...). Isso reafirma a noção de que, também no setor agrário, essa expansão e a diversificação de atividades geram e conferem os propósitos e ganâncias desse sistema que, em termos relativos, a sua própria natureza, o capital não tolera limites geográficos à sua expansão, cujas expressões são válidas em relação às novas buscas produtivas para além dos espaços nacionais, regionais e locais, até em âmbitos internacionais: O crescimento do capital social realiza-se através do crescimento de muitos capitais. (LUSTOSA, 2012, p. 76 -77)

Portanto, as afirmações da autora vêm contribuir para ratificar o que constatamos nos estudos sobre a realidade dos agricultores familiares do projeto de colonização no Apiaú, considerando como questão importante o fortalecimento do capitalismo no campo através dos investimentos dos recursos do PRONAF destinados as unidades produtivas, e em larga escala para pecuária, que atende demandas do mercado e da indústria à consolidação de lucro. A pecuária destina-se aos frigoríficos da capital e aos vários açougues de Mucajá e Boa Vista; A banana é vendida ao comércio interno e para empresas fora do estado, tendo como principal polo a região metropolitana de Manaus; a mandioca é vendida para as feiras municipais na cidade de Boa Vista e; A piscicultura atende as demandas das feiras locais e da capital. Fica evidente que o processo de expansão do capitalismo no campo é uma realidade e essa política vem favorecendo empresários e comerciantes. Por fim, o último eixo apresenta-se como diferencial, pois, os agricultores familiares contemplados com a política agrícola conseguiram melhoria social ao ampliar suas rendas e condições sociais, isto é, o programa foi significativo para aumentar a renda familiar, aquisição de recursos para investimentos na propriedade e acesso aos bens de consumo como: geladeira, televisão, transporte etc. Logo, o acesso aos recursos do PRONAF foi importante para tal mudança na obtenção dos itens domésticos, na geração da renda familiar e na capacidade de produção, embora, atualmente as políticas assistencialistas têm apresentado como fenômeno que contribuiu para retirar milhões de família da pobreza⁶. O gráfico revela a renda familiar dos agricultores:

Os dados evidenciam mudanças socioeconômicas dos agricultores familiares transformando a realidade social, suas concepções sobre o cenário rural, pois “a terra tem sentido de

reprodução do espaço de vida familiar, um sentido de autonomia, autogestão e liberdade” (FELICIANO, 2006, p. 26). Portanto, os resultados conduzem a compreender que os impactos provocados pela política agrária do PRONAF apresentam duas vertentes antagônicas no modelo socioeconômico.



Fonte: elaborado pelo autor (2014)

Gráfico 3. Renda familiar dos agricultores familiares

A primeira representa questões de permanência e crescimento econômico local aos agricultores familiares através da produção e da renda, na segunda apresenta o fortalecimento de mercado, exploração da mão de obra, ampliação do poder econômico local e expansão do proletário rural, pois transforma o pequeno agricultor familiar a serviço do sistema capitalista tornando-os mais capitalizados e dependentes da burguesia urbana-industrial. O que se evidenciou no Apiaú exige reflexão ao constatar que uma área de colonização e assentamento de agricultores vem sendo transformada paulatinamente em latifúndios para pecuária extensiva. A região analisada ainda apresenta inquietudes, incertezas e desafios que ensaia novas pesquisas sobre o programa, no sentido de aprofundar questões sobre a dinâmica rural e a vivência dos agricultores familiares no projeto de colonização do Apiaú permitindo ampliar o debate, não somente sobre os problemas e dificuldades do campo em torno da política do PRONAF, mas compreender outras políticas agrárias aos diferentes sujeitos que vivem no campo, como agricultores familiares, trabalhadores assalariados, servidores públicos, camponeses, assentados, ribeirinhos e outros. Em aspectos gerais, as análises sobre o programa possibilitou ampliar o leque de conhecimentos do espaço rural abrindo caminhos para compreender a dinâmica de reprodução social do capitalismo no campo.

Considerações Finais

As políticas públicas encontram-se atreladas aos interesses capitalistas, e neste caso as políticas agrárias também se enquadram nesse viés, sejam elas: o Estatuto da Terra, os planos de Reforma Agrária, criação de órgãos públicos para o campo e políticas agrárias implantada na segunda metade dos anos 90 alinhada ao modelo neoliberal da plataforma de governo dos FHC para atenuar os movimentos sociais do campo (FELICIANO, 2006). No entanto, esta política do PRONAF apresentou-se como um dos acontecimentos mais relevantes das políticas públicas para o meio rural brasileiro funcionando como importante mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar nos rincões do Brasil tornando-se eficiente no processo de liberação de créditos junto às instituições financiadoras ao oferecer recursos aos diferentes sujeitos do campo: ribeirinhos, pescadores, quilombolas, pecuaristas, agricultores familiares, etc. É importante salientar que, embora o programa sinalize avanços, existem limitações e desigualdades na distribuição dos recursos

⁶De acordo com dados do IPEA, o Brasil retirou aproximadamente 22 milhões de famílias da extrema pobreza com os programas de transferência de renda e de acesso ao crédito, fatores que reduziram a desigualdade social no país. Fonte: IPEA (2013).

e no acesso as linhas de créditos, em que agricultores mais capitalizados acabam sendo priorizados através do PRONAF. Com base nessas constatações, se os recursos disponibilizados e aplicados no campo não têm contribuído de forma significativa para superação da desigualdade do campo quem está se beneficiando de tais recursos? O artigo revela que o programa tem provocado o crescimento da concentração fundiária contribuindo para elevação da riqueza agropecuária e do fortalecimento do capitalismo no campo. Ao investigar o cenário local evidencia que o PRONAF revelou-se contraditório, por um lado possibilitou ampliação das condições socioeconômicas dos agricultores familiares no projeto de colonização do Apiaú, em Mucajaí-RR proporcionando melhorias na geração de renda familiar, moradia no campo, acesso a bens de consumo, compra de insumos, equipamentos e contratação de trabalhadores assalariados para o desenvolvimento das unidades produtivas, os quais não seriam possíveis sem os recursos do programa. Por outro, revelou que tem estimulado as atividades econômicas para unidades produtivas voltadas para o setor agropecuário, tendo em vista que os resultados apontaram para pouca diversificação da produção agrícola. Ou seja, tornou-se reducionista, já que a expansão foi à criação de gado, onde 65% dos agricultores familiares que receberam recursos realizaram investimentos na pecuária contribuindo para expansão agropecuária e reduzindo investimentos na produção agrícola como: legumes, hortaliças, frutas, tubérculos e grãos.

O PRONAF no Apiaú garantiu aos agricultores familiares geração de renda, acesso ao crédito, redução do êxodo rural, bens de consumo e emprego no campo, mas não potencializou a diversificação da produção agrícola e a capacidade produtiva da região. Assim, mesmo com algumas conquistas, muitos são os desafios para promover mudanças através de políticas agrárias de créditos, pois a participação dos movimentos sociais rurais e entidades do campo comprometidas com o fortalecimento da agricultura familiar revelam-se importantes para modificar a estrutura agrária no Brasil, que ainda é concentradora, elitista e poderosa. Em termos práticos, as ações advindas do poder estatal estão atreladas ao modelo macroeconômico, aos organismos internacionais e a plataforma neoliberal impondo normas e regras as políticas de estado. Portanto, qualquer tentativa de alteração nos rumos do PRONAF que determinará transformações na composição do programa e na sua lógica operacional de forma que venha ao combate a concentração fundiária e a expansão do agronegócio não ocorrerá por políticas públicas incididas pelo Estado, mas sim, com ações dos atores sociais num processo incessante da constituição de organização política, de conscientização, de mobilização social dos excluídos e dos sujeitos explorados no espaço rural que, historicamente ficaram a margem dos direitos sociais básicos. Logo, são os movimentos sociais que promovem a conscientização política e a luta em prol dos direitos básicos, sem o qual, não seria possível promover rupturas no campo. O grande desafio é retomar o debate sobre o futuro da agricultura familiar no Brasil redefinindo o papel estratégico do PRONAF no combate a pobreza e as desigualdades sociais, e com isso promover a transformação do cenário agrário através de um projeto de desenvolvimento amplo que procure compatibilizar produção de riqueza, distribuição de renda, equidade social e preservação do Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

- _____. PRONAF 10 anos: síntese da produção acadêmica sobre o programa. Brasília (DF): MDA/SAF, 2006.
- _____. PRONAF: política agrícola discriminatória?! Uberlândia-MG: SEP/UFU, 2004.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Diversificação das economias rurais no Nordeste. Brasília- DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário - NEAD, 2002.
- AQUINO, Joacir R.; SCHNEIDER, Sérgio. Descaminho da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e desigualdade social no Brasil rural. Natal-RN: Nacional, 2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Os créditos do PRONAF e a agricultura familiar no Brasil. Brasília-DF: IE, 2014.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2008.
- FEITOSA, O. L. Impactos do PRONAF aos agricultores familiares na colônia do Apiaú em Mucajaí-RR. Dissertação de mestrado em sociedade e fronteiras – Centro de ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima-UFRR-RR, 2015.
- FELICIANO, Carlos Alberto. Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.
- IANNI, Octavio. Origens Agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: Censo Agropecuário 2006.
- IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas: políticas sociais. Brasília: Ipea, 2007.
- LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARTINS, Jose de Souza. O cativo da terra. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política: Do capital, o Rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MATTEI, Lauro. Impactos do Pronaf: análise de indicadores. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo e Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PRONAF. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Brasília-DF, 1995.
- RORAIMA, Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de. Informações socioeconômicos de Mucajai-RR. Boa Vista-RR: Divisão de estudos e pesquisas, 2010.
- SAUER, Sérgio; PEREIRA, João M. M. Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias e reforma agrária de mercado. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- SCHNEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. Brasília-DF: Revista de Política Agrícola, 2010.
- THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade, Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2009.
- _____. O Capital: Crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.